



# Anais da Assembléia

N.º 138

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1977

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATIVA ATA DA 210ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1977

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 110/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 131/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — Proposição número 517/77.

Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 211ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 de outubro de 1977.

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Camargo e David Federmann.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Dácio Leonel, Del Ciel, Enéas Faria, Otássio Pereira e Valter Pietrângelo (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Acresce de mais um Parágrafo, com redação que especifica, o art. número 138, da Lei número 6174, de 16.11.70. (SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO ANTERIOR A 1967, cálculo efetuado para 30 e 25 anos).  
Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer regime de urgência para o Projeto de Lei número 115/77, de autoria do Deputado Erondy Silvério.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserto na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Reverendo Roberto Rickli Sobrinho, ocorrido nesta madrugada, no Município de Guarapuava.

O consagrado Pastor que deixa o nosso convívio, durante sua existência, não apenas pregou os princípios ensinados por Cristo, mas de forma exemplar os adotou, pelo que sua vida se constituiu em inspiração para seus liderados e amigos.

Aprovado o presente, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, e à Igreja Presbiteriana do Brasil.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pro-

fundo pesar pelo falecimento, ocorrido em data de ontem, nesta Capital, do Dr. Osmar Toniolo.

O passamento do Dr. Osmar Toniolo, vem de consternar os meios esportivos e a sociedade paranaense, pois que o extinto há mais de 15 anos, vinha prestando relevantes e inestimáveis serviços ao futebol de nosso Estado, propugnando sempre em defesa do esporte como meio sadio de integração social dentro da atual sociedade moderna. Ultimamente, vinha desempenhando com galhardia e desprendimento as funções de Diretor do Departamento de Futebol Amador, junto à Federação Paranaense de Futebol.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada e à Federação Paranaense de Futebol.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Uma Comissão Especial para o Estudo do Pinheirão, por este Poder constituída, debateu durante meses um dos temas mais controvertidos e relevantes, relacionados ao esporte no Paraná. Qual o destino a ser dado ao grande estádio conhecido como Pinheirão, iniciado pela Federação Paranaense de Futebol, com auxílio do poder público, de forma a levar as obras ao final e sem prejuízo para milhares de pessoas que adquiriram cadeiras cativas.

No seu relatório, essa Comissão de Estudos, recomendou a instituição de uma autarquia municipal para assumir as responsabilidades de levar as obras a termo, dando ao Estádio uma utilidade maior com instalação de equipamentos para a prática de vários esportes olímpicos e não apenas futebol.

Os poderes públicos estadual e municipal permaneceram impermeáveis às sugestões. À partir dessa indiferença, os clubes da Capital que disputam o campeonato da primeira divisão, maiores interessados na conclusão do Estádio, passaram a manter entendimentos para assumir a tarefa de concluir as obras, formando um condomínio que respeitaria integralmente os direitos de quantos investiram na compra de cadeiras privadas.

Em tais conversações sendo viabilizadas, quando inteligências privilegiadas surgiram com a solução genial.

Por que não constituir uma entidade, ligada ao Município, para terminar o Pinheirão e transformá-lo em grande praça esportiva?

Imediatamente surgiram mil aplausos e cumprimentos pela imaginação criadora, por haver encontrado tão sábia solução.

E passou-se a promover figuras políticas como credoras de mérito imaginativo, com objetivos eleitoreiros, tarefa facilitada pelo Prefeito da Capital, engenheiro Saul Raiz, já que S. Exa., não desautorizou o uso de seu nome por quem se arvorou em mentor do empreendimento.

Nosso temor é de que esse entusiasmo eleitoreiro, com o qual não concordamos, venha prejudicar os objetivos reais das preocupações que cercam o Estádio do Pinheirão.

Isto posto, requeremos à Mesa, ouvida a Casa, sejam encaminhados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Ney Aminthas de Barros Braga, e ao Prefeito de Curitiba, Saul Raiz, apelando àquelas autoridades para que, na solução aventada, preocupem-se também em assegurar os interesses dos clubes esportivos e dos compradores de cadeiras cativas, hoje aparentemente, olvidados ou relegados a plano secundário no processo de promoção eleitoreira.

Se há méritos pela idealização desta solução, que é realmente óbvia e atende aos interesses maiores da comunidade, sejam eles tributados à Comissão Especial para o Estádio do Pinheirão, desta Casa, que deles deve ser, por justiça, creditada,

em prestígio do próprio Poder Legislativo Estadual, que não ficou omissa enquanto outras autoridades calavam.

Contamos com o apoio dos nobres Pares a este requerimento, acautelatório para os clubes e investidores, cujas posições devem ser definidas e divulgadas ao invés de laudatórios aos pretensos idealizadores da solução encontrada. E fique registrado, também, que se méritos existem, devem ser creditados a este Poder e aos próprios clubes, que jamais deixaram de se preocupar com o destino do Pinheirão, gozando portanto de créditos maiores que os cobrados com objetivos eleitoreiros.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer o encaminhamento de apelo ao Senhor Presidente da Federação Paranaense de Futebol, no sentido de que tome providências com o objetivo de tornar gratuito o ingresso nos estádios de futebol para menores de 12 anos de idade, desde que acompanhados de adultos, e para pessoas do sexo feminino.

Tal prática virá trazer mais colorido e beleza aos nossos campos de futebol, eis que, depois da implantação da Loteria Esportiva, aumentou o interesse da mulher pelas competições futebolísticas.

No que diz respeito aos menores, é sabido que muitas vezes o pai de muitos filhos deixa de comparecer aos estádios, por falta de condições de pagar o ingresso das crianças.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício, em forma de apelo, ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, solicitando o envio de técnico em Fundação de Cooperativas Agrícolas ao Município de Jardim Alegre que está a necessitar, urgentemente, dessa providência — e mais ainda, já possui terreno próprio para essa finalidade, aguardando tão somente a presença do mencionado técnico.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo o Município de Jardim Alegre considerado hoje um Polo Agrícola, onde se verifica a mais ampla recuperação dos cafezais, além de produzir em seu solo as mais diversas variedades de cereais, sente-se hoje a inadiável necessidade de se fundar, na sede do Município, uma Cooperativa Agrícola — que poderá reunir os pequenos e médios agricultores — com o objetivo comum de melhor colocarem os produtos de suas lavouras — o que resultará em incontáveis benefícios para toda uma coletividade, além de propiciar aos seus usuários e associados apreciável fonte de economia.

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 150/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Ficada declarada utilidade pública, através da representação no Estado do Paraná, a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade União dos Caixeiros Viajantes é uma sociedade civil, fundada em 20 de setembro de 1913, na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e que tem por finalidade, de acordo com os seus Estatutos Sociais, a criação de instituições sociais e promoverem obras filantrópicas e instituir planos de benefícios e serviços, entre outras.

As suas atividades, abrangem todos os territórios do nosso País, e possui o reconhecimento público na esfera federal, através do Decreto Federal número 4575, de 02/09/22. No Estado do Paraná, a Sociedade tem a sua representação e vem desenvolvendo suas atividades, de acordo com os seus Estatutos Sociais, razão pela qual estamos apresentando o presente projeto de lei que esperamos receba o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O agricultor passa hoje os seus piores dias; ainda que pareça insistência demasiada de nossa parte, como representante do povo, temos o dever de trazer ao conhecimento desta nobre Casa de Leis uma situação grave e que exige imediata solução.

É que, não obstante ser do conhecimento geral, e em especial dos estabelecimentos bancários, o Paraná teve como que frustradas as três últimas safras de trigo; e os preços de soja, para os que não a comercializaram na alta — continua em situação decrescente aos preços, enquanto que, em contra-partida, todos os financiamentos realizados pelos lavradores, estão aumentados de juros e mais taxas e comissões.

Enquanto pois, os lavradores passam pela crise não criada por eles, mas sim pelas variações climáticas e as da bolsa de cereais, — os órgãos financiadores já registraram EXCELENTE RESULTADOS FINANCEIROS.

Ocorre entretanto, Srs. Deputados, que os lavradores, mesmo aqueles que possuem excelente ficha cadastral, proprietários de bens móveis e imóveis muito superiores aos seus atuais débitos bancários, estão impedidos de contraírem empréstimos para o indispensável custeio de suas lavouras, SE ANTES, NÃO SALDAREM SUAS DÍVIDAS.

É grave, Senhor Presidente, dissemos, a situação porque não há condições, não existe meios de se obter esse numerário desde que todos os estabelecimentos bancários tomaram a mesma medida. E, desatendido o lavrador, em seus pedidos de custeio, ele terá aumentado os seus prejuízos pelo não aproveitamento total de suas terras e máquinas, com a consequência da redução da área de plantio, de menores recursos, pois, para os cofres públicos, de redução de mão-de-obra etc. etc. — Estamos apresentando um quadro natural do que já está ocorrendo em várias regiões do nosso Paraná, forçando aos mais fracos, a se desfazerem de seus bens, quando a solução é apenas dependente de um estudo mais sério por parte especial do Banco do Brasil S/A., esse grande estabelecimento de crédito que sempre tem sido fiel aos programas do Governo e às mais sinceras aspirações dos homens da lavoura.

Desde que comprovado que o lavrador não teve diminuídas as suas garantias e que são suficientes não só para cobrir os atuais débitos, como os que precisa contrair com o custeio de suas lavouras, é imperioso um esforço para aumentar a produção agrícola, impedindo, no que depender do homem a redução da mesma.

O Banco do Brasil S/A., além de ter à sua frente uma equipe perfeitamente aparelhada para a melhor compreensão de importância desse problema, tem em nosso Estado do Paraná, à frente de sua Carteira Agrícola um dos mais experientados homens públicos do Brasil, na pessoa do ilustre Coronel

Perachi Barcelos, ex-Deputado, ex-Ministro do Trabalho, ex-Governador do Rio Grande do Sul, e um dos representantes mais credenciados do Governo Federal em nossa região tanto que por suas qualidades, por suas virtudes e nossa Casa, a Assembléia Legislativa do Paraná já lhe concedeu, e com muita justiça — a cidadania paranaense, sem restringir-lhe o conceito em que é tido de grande cidadão brasileiro.

Como no nosso entender, para a solução imediata dos fatos que estamos expondo resumidamente, mas que são sensíveis em todo o terreno da agricultura e da pecuária paranaense, submetemos à consideração dos Srs. Deputados o pedido de que seja solicitado ao Excelentíssimo Sr. Coronel Perachi Barcelos, na qualidade de Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil e de seus auxiliares, A TOMADA DE UMA POSIÇÃO EM FAVOR DOS SEUS FINANCIADOS, lavradores e pecuaristas, PARA QUE SE LHES FAÇA O NECESSÁRIO EMPRÉSTIMO DE CUSTEIO, independente de que estejam ou não quites, desde que não haja sido comprovado por parte do devedor a prática de nenhum ilícito penal, capaz de impedir nova transação com o conceituado estabelecimento de crédito que é o Banco do Brasil.

Com essa medida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, objetivando por igual fazer com que não recaia sobre os zelosos senhores gerentes de Banco do estabelecimento oficial do Brasil o descontentamento dos mutuários não atendidos — quando os senhores bancários estão na verdade tão somente cumprindo instruções superiores — instruções que esperamos sejam removidas por quem de direito, e com a urgência devida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista a audiência pública, perante a imprensa, do Sr. Secretário de Recursos Humanos, declarando que o aumento dado para secretários, na verba de representação, foi feito mediante ofício e que a revogação desse mesmo aumento foi feito da mesma forma; considerando que se trata de um fato consumado e que, inclusive “O Estado do Paraná” publicou “fac-simile” daquele expediente, buscando o estrito cumprimento do dever, quero propor a este Plenário um pedido de informações à consideração dos Srs. Deputados: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e tendo em vista notícias estampadas em diversos jornais de nosso Estado, inclusive entrevista concedida por um Secretário de Estado, a respeito da concessão e posterior revogação do reajustamento da gratificação de representação paga pelo Estado do Paraná aos Secretários do Governo, a fim de dirimir dúvidas quanto aos efeitos desses atos, requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado, as seguintes informações:

1 — Quanto percebe a título de vencimentos e de gratificação de representação, respectivamente, um Secretário de Estado?

2 — A partir de qual data vigorou o último reajuste nesses vencimentos e gratificação?

3 — Qual o ato ou norma que determinou a última majoração de vencimentos?

4 — Qual o ato ou norma que determinou a última majoração da gratificação de representação?

5 — Houve majoração de vencimentos ou de gratificação de representação autorizada para vigorar a partir de 01 de agosto de 1977, posteriormente revogada?

6 — Mediante qual ato foi autorizada qualquer das majorações mencionadas no item anterior?

7 - Houve novo ato cancelando essa majoração? Qual?

8 - Em quanto importa(m) a(s) diferença(s) total de valor (es) paga(s) a mais para cada beneficiário?

9 - De que maneira foi determinada a reposição dos valores já recebidos pelos beneficiados do(s) reajuste(s) cancelado(s)?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1977.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta Casa se têm feito várias tentativas no sentido de estabelecer-se a reciprocidade do tempo de serviço, ou seja, fazer com que seja contado o tempo de serviço, pelo funcionário público prestado, à entidade privada.

Ainda há pouco esta Casa aprovou um projeto de lei de autoria do eminente Deputado Maurício Fruet, no sentido de estabelecer-se a reciprocidade do tempo de serviço, nos termos em que já existe, na legislação federal; entretanto, o Sr. Governador entendeu de vetar o projeto, insensível a esta reivindicação antiga, da classe.

Nós apresentamos nesta Casa, por uma forma que entendemos válida, uma emenda constitucional ao artigo 76, da Carta Estadual, no sentido de que seja contado para todos os efeitos legais, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço prestado pelo funcionário público, às autarquias, às empresas privadas e de economia mista, bem como o tempo de serviço prestado no setor privado e no magistério particular.

Seguindo a tramitação regimental, o líder da nossa bancada, do MDB, já indicou os membros que deverão compor a Comissão Especial, que são em número de dois; também apresentamos uma emenda à Constituição do Estado, no sentido de diminuir a idade do candidato a Governador e Vice-Governador, de 35, para 30 anos.

Estas duas emendas, apesar do tempo em que foram apresentadas, e também já da indicação dos dois membros da bancada do MDB para comporem a Comissão Especial que irá estudar as emendas constitucionais referidas, o eminente líder da bancada da ARENA até esta data, apesar das solicitações reiteradas que fizemos, ainda não se dignou indicar os membros da sua bancada, para comporem essas Comissões.

Nós entendemos, data vênica, que isto até parece um des caso e uma desconsideração para com uma Proposição que um Deputado membro desta Casa, no exercício dos seus direitos, apresentou, e não mereceu a devida consideração da Liderança da ARENA.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos a tribuna, hoje, para fazer este registro e solicitar, ou esperar, pelo menos, que o eminente Líder da ARENA providencie como lhe compete, a indicação dos membros da sua bancada, que irão compor as Comissões que irão estudar essas emendas, para que esses projetos tenham o andamento regimental devido.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós queríamos registrar, nesta oportunidade.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. - (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Como representante do oeste do Paraná, radicado em Toledo desde o ano de 1951, onde exercemos atividades no comércio, na indústria e na agricultura, portanto, durante mais de duas décadas, ocupamos esta tribuna para fazer um pequeno relato sobre as intransitáveis estradas do oeste, nessa época: - intransitáveis em períodos de chuvas, e péssimas em períodos de estiagem.

As cidades não tinham condições de comunicação rodoviária com outras cidades, eis que era impraticável a passagem até de veículos leves pelas estradas do oeste. E quando se tratava de veículos pesados que transportavam as riquezas para os centros de consumo ou portos de embarque, então, a tentativa de vencer as estradas enlameadas e escorregadias, tinha um caráter calamitoso. A maioria desses transportes era realizado, como ainda hoje, em sua grande parte, em caminhões de propriedade dos próprios motoristas. A necessidade de lucro, imprescindível ao atendimento dos compromissos assumidos para o pagamento dos seus veículos, a manutenção de suas famílias, os impeliu a enfrentar a situação caótica das estradas de barro. Era o desespero que os levava a tentarem uma travessia quase impossível: os caminhões deslizavam nos aclives e declives, e muitas vezes tombavam à beira das estradas. Era o prejuízo material e o desconforto. E, em consequência, ante esses homens e ante o produtor, descortinava-se um panorama mais constrangedor: os consertos absorviam-lhes as últimas economias, as dívidas se acumulavam, e a mercadoria não chegava ao seu destino em tempo hábil. Era o ônus das atitudes desperadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós exterminamos desta maneira porque conhecemos de perto as dimensões dos dramas cruciantes que ocorriam no oeste. Desde a juventude que vivemos nesse oeste, e, como agricultor e industrial que sempre fomos, sentíamos na pele, na carne e na contabilidade de nossa firma as consequências de uma situação irremediável.

E viemos, hoje, a esta tribuna para relatar, como testemunha e como participante, qual era o estado de nossas estradas, no oeste, em época anterior a do Governo Jayme Canet e a do atual Governo Federal. Atualmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos trafegar nas estradas do oeste com a confiança de um destino certo, isto porque as BRs e as PRs, penetrando em quase toda a região ou ligando cidades, aí estão para quem quiser ver e trafegar sobre o asfalto de todas elas.

Exemplificamos: foi concluído o trecho Cascavel-Toledo e, igualmente, Cascavel-Campo Mourão, assim como Toledo-Palotina, Guaíra-Umuarama. Ultima-se a construção do trecho Toledo-Marechal Cândido Rondon. Também estão em fase de construção as estradas Palotina-Terra Roxa e Guaíra; Vila Nova-Assis Chateaubriand; Toledo-Assis Chateaubriand; Céu Azul-Vera Cruz do Oeste-Santa Helena. A estrada Toledo-Vera Cruz do Oeste já foi locada e Toledo-Santa Helena encontra-se em fase de locação. Estas duas últimas deverão ter a construção iniciada em 1978.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, mesmo que alguns trechos estradas não tenham as características das rodovias de primeira classe, o que acontece em qualquer parte do mundo, elas têm uma grande significação em nossa região: sobre elas trafegam todos os veículos, com a certeza de atingirem os seus destinos. E a cada momento, em cada dia, vai se alastrando a malha rodoviária paranaense.

O povo do oeste paranaense é muito grato a S. Exa. o Governador Jayme Canet Júnior, pelo que tem realizado em benefício de todo o oeste.

Cumpre-nos, Sr. Presidente, Senhores Deputados, levar em consideração o que outros Governadores também realizaram, que merecem o nosso respeito, mas não podemos deixar de reconhecer que a obra de Jayme Canet se agigantou em todas as faixas de interesse do povo paranaense, e não somente no extraordinário crescimento das rodovias, pelas quais é responsável o Sr. Secretário de Transportes.

O Governo Jayme Canet Júnior tem concentrado atendimento altamente significativo nas áreas da saúde, energia elétrica, educação e em todos os demais setores, pretendendo, sobretudo, apoiar e amparar o homem, meta fundamental de todos os governantes, que é a força viva do progresso.

Esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma ver

dade irrefutável, e, por isso, as realizações do Governo de Sua Excelência merecem o nosso respeito, a nossa admiração e o nosso aplauso."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de anunciar, neste plenário, a presença do Sr. Renato Orbolato, Vice-Prefeito Municipal de Janiópolis, ao mesmo tempo em que registra a presença dos Srs. Eber da Silva Ramos e Alcindo de Oliveira, ambos do Município de Goioerê.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na sessão de 28 de abril de 1976, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi apresentou um requerimento subscrito por 19 Srs. Deputados, solicitando a constituição de uma Comissão Especial desta Casa, para apurar as causas da paralisação das obras do Estádio do Paraná, Pinheirão.

O requerimento aprovado, a Comissão após ouvir o depoimento de diversas pessoas que ligadas ao esporte, ao futebol do Paraná, concluiu pelo Parecer do seu Relator, Deputado Accioly Neto, concluiu da conveniência de se estabelecer alguns pressupostos a título de recomendações, mas que poderiam servir de orientação à Prefeitura de Curitiba, se ela tivesse interesse em assumir a responsabilidade e prosseguir as obras do Estádio do Pinheirão. E entre diversas sugestões, concluiu pela formação de uma Autarquia Municipal, que teria à sua responsabilidade a conclusão das obras do Pinheirão.

E no seu relatório, esta Comissão recomendou esta Autarquia Municipal e ofereceu subsídios à Prefeitura de Curitiba, para a conclusão daquele Estádio, com a instalação também de equipamentos para a prática de vários esportes olímpicos e não apenas o futebol. Os poderes públicos, estadual e municipal permaneceram impermeáveis às sugestões desta Casa. E a partir desta indiferença, os clubes da Capital, com exceção do Coritiba Futebol Clube, os maiores interessados e conseqüentemente na conclusão do Estádio do Pinheirão, passaram a manter entendimentos para assumir as tarefas e concluir as obras, formando um condomínio que respeitaria integralmente os direitos de quantos investiram na compra de cadeiras privadas. Iam tais negociações sendo realizadas, quando inteligências privilegiadas surgiram com uma solução genial.

Por que não constituir uma entidade ligada ao município para terminar o Pinheirão e transformá-lo em uma grande praça esportiva?

Imediatamente após esta sugestão, surgiram mil aplausos, não só aplausos mas também cumprimentos pela imaginação criadora, de quem encontrou tão sábia solução.

E passou-se a promover figuras políticas, como credoras de mérito imaginativo, com os objetivos, evidentemente, eleitores. Tarefa, facilitada pelo Prefeito da Capital, Engenheiro Saul Raiz. Pelo menos até agora, S. Exa. não desautorizou o uso do seu nome, porque ele se alvorou em mentor do empreendimento, do novo empreendimento qual seja, transformar o Estádio do Pinheirão, numa Vila Olímpica e etc. etc.

Então, eu que vislumbro neste movimento, uma manobra eleitoreira e que participei dos entendimentos com o Clube Atlético Paranaense e mais o Colorado Esporte Clube, para a constituição de um consórcio para o término das obras do Pinheirão, não posso calar. Porque o meu temor é que esse entusiasmo eleitoreiro com o qual acho, que ninguém concorda nesta Casa, venha prejudicar os objetivos reais das preocupações que cercam o Estádio do Pinheirão.

Nestas condições, como o tempo é curto e eu não posso mais me alongar na matéria, voltarei ao assunto, posteriormente.

Requeiro à Mesa, ouvido à Casa, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, Ney Aminthas de Barros Braga e ao Prefeito de Curitiba, Saul Raiz, apelando

àquelas autoridades para que na solução aventada, preocupem-se também em assegurar os interesses dos clubes esportivos e principalmente, dos compradores das cadeiras cativas, hoje, aparentemente olvidadas, ou relegadas a plano secundário, no processo de promoção eleitoreira, que se iniciou agora, em torno do Pinheirão. Se há méritos pela idealização desta solução que é realmente óbvia e atende os interesses maiores da comunidade, eu acho que eles devem ser tributados à Comissão Especial para o estudo do Pinheirão, constituída nesta Casa.

Que deles, deve ser por justiça creditada em prestígio do próprio Poder Legislativo Estadual, que não ficou omissa, enquanto outras autoridades se calavam.

Porque na realidade, é que na oportunidade em que esta Casa, através da sua Comissão Especial, concluiu os estudos, as autoridades municipais e mesmo o Governo do Estado calou, não demonstrou o mínimo interesse na conclusão das obras do Pinheirão e não só isso, na garantia da entrega das cadeiras cativas e de boxes de estacionamento, lá daquele estádio, e os compradores dessas cadeiras cativas que investiram o seu dinheiro e que viram-no pulverizado por má administração. O estádio paralisado sem que o poder público tomasse uma medida acauteladora, dos interesses daquela parcela da população, que querendo contribuir para o engrandecimento do Esporte do Paraná, comprou cadeiras cativas, investiu o seu dinheiro e lamentavelmente, o empreendimento foi um verdadeiro fracasso.

A partir do movimento encetado pelo Esporte Clube Pinheiros, Clube Atlético Paranaense e Colorado, surgiu então um político desta Capital, com uma solução salvadora que nada mais é, nada menos é, do que o que foi preconizado pela Comissão Especial desta Casa, nos estudos realizados.

É necessário que se alerte o Sr. Ministro de Educação, para que não sirva de instrumento, esta manobra eleitoreira, porque o dinheiro do povo não é capim. Qualquer dinheiro que venha do Ministério da Educação para a conclusão das obras do Pinheirão, será bem-vindo, desde que ele tenha objetivos e fins sadios, qual seja, a conclusão daquela obra e o cumprimento das obrigações que os idealizadores do Pinheirão assumiram para com a coletividade esportiva do Paraná. Não é justo que o dinheiro que porventura, possa vir do Ministério de Educação, que nada mais é, ou nada menos é, do que o dinheiro do povo, o dinheiro das apostas da Loteria Esportiva, seja pulverizado em empreendimentos eleitoreiros, se o Estádio continua frio, mudo e sem conclusão. Por isso, a preocupação desta Casa, principalmente, desse Deputado, em alertar o Sr. Ministro de Educação, não apenas o Sr. Ministro de Educação, mas o Prefeito da Capital, para que não empreste o seu nome a empreendimentos duvidosos, a empreendimentos que já foram tentados sem nenhum sucesso. Acho que só a iniciativa privada, só os clubes da Capital e também os do interior que quiserem se associar ao empreendimento têm condições efetivas de conclusão daquela obra que, a meu ver, será a redenção do futebol do Paraná.

O exemplo está aí, o Grêmio de Maringá, que após o trabalho magnífico do Prefeito Sílvio de Barros, entregando...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) - (Faz soar os tímpanos)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concluo, Sr. Presidente.

Entregando as obras do Estádio, hoje denominado Jayme Canet Júnior, possibilitando uma ascensão extraordinária do Grêmio de Maringá no cenário esportivo do País. É o que precisamos aqui em Curitiba e, principalmente, no esporte do Estado do Paraná, de um Estádio. Mas um Estádio que seja de um povo, não que seja apenas de um clube, para reerguer o esporte paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Wilson Fortes. Ausente S. Exa., concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruct. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, quarto orador inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é do conhecimento pleno desta Casa, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em fins de maio deste ano, por proposição do Deputado Nilso Sguarezi, votou favorável a que este Poder patrocinasse o II Simpósio Nacional do Soja.

E entre os Deputados desta Casa que compuseram a Comissão, pelo Movimento Democrático Brasileiro, estão, o autor da proposição, Deputado Nilso Sguarezi, Deputado Adalberto Daros e Deputado Ernesto Dal'Oglio. Pela Aliança Renovadora Nacional, o Deputado Egon Pudell, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Deputado Werner Wanderer e este Deputado que ocupa a tribuna neste momento.

E por deferência toda especial dos nossos companheiros, tivemos a honra de ser escolhido Presidente desta comissão que deveria, como realmente aconteceu, promover a realização aqui em Curitiba, do II Simpósio Nacional do Soja. E desde a nossa eleição como Presidente da comissão diretora destes trabalhos, juntamente com os demais Deputados, tivemos a oportunidade de desenvolver tanto no Estado do Paraná, como nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, campanhas de promoção deste Simpósio visando com isto, a participação de delegações destes Estados, tanto na área política como na representação classista, compreendendo líderes de cooperativas e líderes sindicais, assim como técnicos ligados também à área privada e a área governamental.

O transcorrer desses trabalhos de visitas, para nós foi realmente de uma felicidade muito grande, por dois motivos: o primeiro deles pela aceitação dos órgãos interessados no problema do soja destes Estados, sobre a participação do II Simpósio Nacional do Soja. E o segundo, pela forma com que nós fomos tratados e fomos recebidos nestes Estados.

Feita, paralelamente a este trabalho, esta mesma Comissão desenvolveu, para que o Simpósio pudesse ser realizado, trabalho junto a órgãos privados, órgãos do nosso Estado, solicitando o patrocínio para as despesas e promoções desse Simpósio. E foi o primeiro órgão a ser visitado, por nós, o Banco BAMERINDUS, que de imediato, aceitando e aplaudindo a promoção da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, imediatamente se propôs a fazer toda a divulgação do Simpósio, assim como através da sua agência de propaganda, a Umurama Publicidade, a criar, inclusive um Logotipo para ser o símbolo desse simpósio. E o Bamerindus então, patrocinou todos os cartazes para serem distribuídos no Estado do Paraná e nos demais estados produtores. Assim como os envelopes, papéis de ofício, o Regimento Interno, enfim tudo que nós gastamos na parte de promoção do simpósio, com material impresso, foi uma gentileza do BANCO BAMERINDUS, do Paraná.

Por outro lado, tivemos também oportunidade de ir à Brasília solicitar do Banco do Brasil, o apoio para esta promoção da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e o Banco do Brasil, através da sua Diretoria, de imediato, acolheu também o nosso Simpósio e patrocinou todas as pastas que foram distribuídas aos participantes do Simpósio; ou melhor, o Banco do Brasil participou com a quantia, em dinheiro, de 120 mil cruzeiros.

Tivemos a oportunidade também, de fazer uma visita, em nome da Comissão Diretora, ao Governador do Estado do Paraná dizendo dos objetivos e o que realmente o Simpósio poderia significar para o nosso Estado, para o lavrador e também para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E o Governador também foi sensível à nossa visita e determinou ao

Banco do Estado do Paraná, que contribuiu com 100 mil cruzeiros; ao BRDE, com 75 mil cruzeiros e ao BADEP com mais 75 mil cruzeiros, tivemos, então, por parte dos três bancos oficiais do Paraná, 250 mil cruzeiros para nosso Simpósio.

Por outro lado, tivemos a participação também do Banco de Crédito Cooperativista, da sede de Brasília, que colaborou com 10 mil cruzeiros e da CIBRAZEN, também de Brasília, com mais 10 mil cruzeiros.

Mas, para que o Simpósio pudesse ser desenvolvido e organizado, houve tantas outras empresas que participaram do mesmo. Por exemplo: o coquetel oferecido na abertura do Simpósio, dia 18 p.p., nesta Casa, foi patrocinado pela ELANCO do Brasil; o jantar de encerramento, no qual compareceram mais de 1 mil e 200 pessoas, foi patrocinado pela Associação das Indústrias de Oleos Vegetais, que através de seus diretores, presidente e secretário adjunto, além de permanecerem conosco todo o tempo do transcurso do Simpósio, também estiveram no jantar por eles patrocinado.

Tivemos outros ilustres patrocínios, a CEXPAR que colocou, durante mais de três meses, a sua Diretora-Executiva, D. Gunilda Dickmann, exclusivamente para coordenar o II Simpósio Nacional do Soja; a Federação da Agricultura; a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, a Prefeitura de Curitiba, a OCEPAR, através de todas suas centrais de cooperativas, o Café Diana, o Mate Real, a Nutrista de Alimentos, a Empresa de Correios e Telégrafos, a TELEPAR, a EMBRATEL, a AEROMAR TURISMO, a Secretaria de Administração cedeu, inclusive, alguns veículos durante os dias do Simpósio, a ACARPA, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná e o trabalho incansável principalmente daqueles funcionários cedidos pela Assembléia Legislativa, ou pela OCEPAR, ou pela própria Federação da Agricultura, e da própria CEXPAR que também desenvolveram seus trabalhos arduamente para que o nosso Simpósio pudesse ser realizado.

Queremos destacar também o apoio que tivemos da Presidência deste Poder, da 1a. Secretaria e da 2a. Secretaria que, inclusive, ocupamos durante 4 meses, e ainda estamos ocupando, suas instalações e que se transformou na "sala oficial" do II Simpósio Nacional do Soja.

O Simpósio, além da participação de mais de 500 técnicos, oriundos de outros Estados brasileiros, contou com representações das Assembléias: do Rio Grande do Sul, com 6 Deputados, 3 técnicos e também seu Presidente; de Santa Catarina, com 6 Deputados, jornalistas e assessores; de São Paulo; de Goiás, com 8 Deputados; de Mato Grosso, com seu Presidente e um Deputado; do Espírito Santo, com seu Presidente; do Piauí, com seu Presidente; e a de Minas Gerais com 2 Deputados.

Queremos destacar aqui, que grande parte do êxito de nosso Simpósio se deve, sem dúvida, pela maneira correta e simpática com que todos os jornalistas do Paraná divulgaram nosso Simpósio, inclusive, outros jornais, mandaram seu jornalista para cobrir integralmente o nosso trabalho, como é o caso dos jornalistas que vieram do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Goiás, de Mato Grosso, de Brasília e do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o SIMPÓSIO realmente, talvez não tenha alcançado um êxito maior, não por culpa dos Deputados que estiveram à frente deste SIMPÓSIO, mas principalmente, talvez, pelo pouco espaço de tempo que tivemos para organizá-lo. E aqui vai até um alerta, a futuros simpósios que por ventura esta Casa venha a patrocinar ou a promover — que haja um pouco mais de espaço de tempo, para que realmente se possa divulgá-lo e a fim de que haja uma participação muito grande.

Nos trabalhos que o SIMPÓSIO realizou, nas conferências dentro da área de interesse do soja, como por exemplo na palavra

do Ministro da Agricultura, Allysson Paulinelli, na palestra de encerramento — talvez a palestra mais importante do SIMPÓSIO — palestra proferida pelo Doutor Benedito Moreira, Diretor da CACEX, na palavra do Deputado João Gilberto, e na do Deputado Nelson Marchezan, foi dada uma moldura diferente daquilo que o SIMPÓSIO vinha realizando até então.

Queremos destacar aqui, o trabalho e o interesse da maioria daqueles que realmente vieram participar do SIMPÓSIO, tanto nas Comissões de Trabalhos, quanto no próprio Plenário.

Tivemos uma felicidade muito grande, eis que o I SIMPÓSIO NACIONAL DO SOJA realizado no Estado do Rio Grande do Sul e do qual esta Casa participou, teve, naquela oportunidade, 1.234 inscritos; para felicidade nossa, da nossa Casa, o II SIMPÓSIO NACIONAL DO SOJA teve 1.480 pessoas inscritas, inclusive com quase a metade deste pessoal, vinda de outros Estados, vinda ao Paraná exclusivamente para participar do SIMPÓSIO, dado a sua contribuição tanto com críticas construtivas, quanto com trabalhos, com teses, com proposições e sugestões, e com reivindicações ao Governo Federal, no que concerne à política do soja nacional.

De uma outra oportunidade nós podemos — oportunidade em que voltaríamos a esta tribuna — fazer uma síntese de todos os trabalhos realizados e aprovados neste SIMPÓSIO.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos ocupando a tribuna na tarde de hoje, apenas para agradecer a todos aqueles que efetivamente participaram deste SIMPÓSIO: aos patrocinadores, a esta Assembléia que emprestou o seu nome a este SIMPÓSIO, como promotora do mesmo, o que angariou, para o SIMPÓSIO, maior interesse por parte daqueles que realmente quiseram e participaram deste SIMPÓSIO.

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). Eminentíssimo Deputado Lázaro Dumont, como autor da proposição que criou condições para a realização do II SIMPÓSIO NACIONAL DO SOJA, sinto-me até na obrigação de tecer alguns comentários a respeito desta movimentação toda que teve, como fonte central e como promotora, a Assembléia Legislativa.

Realmente, nós verificamos, todos os jornais do País, na última semana ocuparam-se, quer em suas seções especializadas, ou mesmo em noticiários até políticos, da cobertura do SIMPÓSIO NACIONAL DO SOJA, dando, assim, uma demonstração evidente da importância deste conclave.

Acredito que o brilho, o sucesso, foi totalmente satisfatório, não só pela movimentação que deu na imprensa mas, porque alertou ao próprio Governo, às classes produtoras, à indústria e, porque não dizer, aos próprios consumidores.

O setor do soja, na última semana, teve, portanto, no Brasil, uma movimentação toda especial. A classe produtora foi informada, por exemplo, Deputado Lázaro Dumont, através dos porta vozes oficiais do Governo, que se o soja atingir um preço considerado pelo Governo como um bom preço no mercado externo, infalivelmente, virá o confisco. Isso traz um alerta à classe produtora. Só nisso aí eu vejo uma alta importância na realização do Simpósio.

Mas como eu disse, eu me sentia, até, na obrigação de apartear V. Exa. para tecer comentários. E o faço dizendo que V. Exa. é o responsável pelo sucesso alcançado. Trago o meu depoimento, insuspeito, como autor da proposição, e que acompanhei, pari passu, não porém com o mesmo empenho de V. Exa., toda a atividade, todo o trabalho que o Deputado Lázaro Dumont desempenhou.

Sei e sou testemunha que nos últimos 90 dias V. Exa. se dedicou em horário integral à realização deste conclave, que não é fácil, que não é aquilo que todo mundo pensa, ser uma coisa simples. Reunir mil e quinhentas pessoas, a maioria delas oriundas de outras partes do Brasil, não é tarefa de se concretizar.

Conseguir com que a Assembléia não tivesse o dispêndio

de, com certeza, de mais de um milhão de cruzeiros, que é a despesa total com esse Simpósio, não é tarefa fácil de ser realizada.

Portanto, sobre Deputado Lázaro Dumont, me baseio num pensamento de JOÃO XXII que diz que toda a entidade humana, toda organização e toda instituição, só terá sucesso, se tiver na sua direção, homens com competência, com competência e, acima de tudo, com espírito de dedicação e, eu vejo em V. Exa., o responsável por essa realização. E receba, então, como autor da proposição, os meus parabéns e receba, desta Casa, o agradecimento por tê-la promovido de maneira tão auspiciosa, porque, infalivelmente, V. Exa., com o seu trabalho, com a sua dedicação, foi o que propiciou condições para que o Simpósio fosse de total sucesso e pleno êxito.

Meus parabéns a V. Exa.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, eu recebo com humildade as palavras de V. Exa. e digo somente, que a nossa participação, acredito, foi apenas de uma pessoa a mais, porque toda a equipe, realmente, trabalhou para a realização desse Simpósio e, nessa equipe, estava incluído, evidentemente, V. Exa.

Mas, Sr. Presidente, para mostrar a importância alcançada por esse Simpósio, alguns dos trabalhos realizados, nós vamos, pelo menos, o título do que se tratou, nós vamos dizer aqui para se perceber como, realmente, aqueles que estiveram nos 3 dias reunidos lá, na Reitoria, realmente, puderam apresentar alguma coisa de útil para esse setor da economia agrícola.

Por exemplo, na área de preços, créditos e financiamentos, o Simpósio aprovou recomendação no sentido de que os preços mínimos sejam estabelecidos de acordo com os custos reais da produção. Basta que, nesse setor, o próprio Paulo Viana, responsável por esse setor no Ministério da Agricultura, no Simpósio, concordou numa indagação, inclusive, do Deputado Adolfo Pugina, do Rio Grande do Sul de que, realmente, os preços mínimos estabelecidos para o soja, neste ano, estão aquém da realidade. Foi aprovado ainda o pedido da volta do subsídio de 40 por cento dos fertilizantes. Recomendou-se que o Governo Federal desvincule o preço mínimo como parâmetro para determinação do limite de adiantamento máximo permitido nas operações de custeio.

A criação de mecanismos de melhor acesso ao crédito rural para o pequeno produtor, também foi pedida ao Banco Central. Recomendou-se que as garantias desses financiamentos não sejam obrigatoriamente constituídas por hipotecas, como na maioria dos processos atuais.

Recomendou-se também, que o Banco Central deve estimular a aplicação de crédito rural pelos agentes privados, tornando mais atraentes essas operações.

Na área de comercialização: O Simpósio recomendou que o Governo Federal promova maiores ações no setor comercial, na criação de instituições especializadas ou agilização dos setores comerciais das Embaixadas, visando comercialização mais efetiva das safras nacionais.

Recomendou-se também, que não se volte a implantar qualquer tipo de confisco cambial em situações conjunturais de preços elevados; da mesma forma que não seja dado qualquer subsídio às exportações de soja e derivados.

Recomendou-se também, nesta área, que a Petrobrás não majore tarifas durante as safras, a fim de evitar problemas de alteração nos custos orçados.

Que seja autorizado o acesso ao mercado interno aos exportadores não tradicionais.

Que seja autorizado acesso ao mercado externo, aos exportadores não tradicionais.

Que para mais liberdade do setor produtivo sejam criadas bolsas de mercadorias a nível regional, operando no mercado futuro de "commodities" de forma a agilizar a comercialização regional, nacional e internacional.

Foi pedida ainda a imediata regulamentação do programa de conservação de solos.

Sobre seguro rural foi recomendada a criação de comissões estaduais coordenadas pelas respectivas Secretarias de Agricultura, para estudar a viabilidade de implantação plena do seguro rural.

A isenção de encargos financeiros sobre as parcelas a serem indenizadas pelo PROAGRO, também foi recomendada.

O Plenário aprovou ainda, por unanimidade, que os benefícios do PROAGRO sejam estendidos aos produtores rurais que desenvolvem atividade com recursos próprios.

Na área de industrialização, algumas das proposições, o Simpósio concluiu:

Que seja realizada campanha a nível nacional para aumento do consumo de soja.

Para alcançar o objetivo de ampliar seu consumo interno, o produto deverá ser adquirido por órgãos institucionais para utilização em escolas, asilos etc., buscando criar novos hábitos alimentares.

Que sejam favorecidos preferencialmente empresários privados vinculados na fabricação de alimentos de soja.

Que o Governo incentive políticas de alimentação voltadas para o uso alternativo da soja.

Na área de Produção:

Que seja dado apoio à pesquisa oficial e particular no Paraná, ou em outros Estados produtores de soja, permitindo acelerar as investigações e soluções da problemática de sementes em toda sua plenitude;

Que sejam aprofundados estudos sobre a real necessidade do emprego de inseticidas para o controle racional das pragas da soja utilizando inseticidas seletivos;

Que os agricultores devem ser orientados para que observem o nível econômico de dano e, a percentagem de infecção e de parasitismo das pragas da soja, antes de aplicarem controle químico.

Neste campo ainda, foi recomendado que sejam ampliadas pesquisas para se determinar a efetividade de programas de manejo de pragas.

Que seja implementada pelo Governo Federal a política de subsídios à matéria prima para fertilizantes via indústria, conforme anunciado por autoridades ministeriais ao se eliminar o subsídios de 40 por cento para aquisição do produto pelo agricultor.

Na área de Transportes, o Simpósio decidiu: que se apresse o início da ferrovia Guarapuava-Foz do Iguaçu, no Paraná, bem como seus ramais.

Foi recomendado também ao Ministério dos Transportes que agilize a alocação de recursos financeiros para expansão da rede ferroviária de forma a interligar os Estados de Goiás, Minas Gerais, Acre e Mato Grosso ao corredor de exportações, com terminal no Estado do Espírito Santo.

3 - Aproveitamento alternativo do Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, como terminal exportador de produtos agrícolas, em relação à Paranaguá e Rio Grande.

Também, que seja estudada pelo Ministério da Agricultura, a incidência de danos em safras armazenadas, de origem de pragas e moléstias.

E por fim:

Que seja ampliada a capacidade armazenadora de Goiás, em razão da expansão da soja.

Outro detalhe, Sr. Presidente, para encerrar.

É de que foi votada neste Simpósio, por proposição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e aprovado pelo Plenário do Simpósio, de que o 3º Simpósio Nacional da Soja seja realizado no Estado de Goiás, e será realizado no Estado de Goiás.

Um detalhe importante, e que leva realmente, a justificar como valeu a pena, a Assembleia Legislativa do Paraná,

promover este Simpósio é de que a maior justificativa que a Assembleia do Estado de Goiás deu para que fosse aprovado o 3º Simpósio Nacional naquele Estado, foi de que exatamente, este Simpósio a ser realizado lá em Goiás, poderá fazer com que o Estado de Goiás, seja um grande produtor de soja. Foi, poderá ser, uma motivação muito grande para este Estado, que venha realmente, a participar no mercado nacional com uma grande produção de soja.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O trabalho que a Comissão teve foi realmente, bastante grande, nos últimos noventa dias, nos últimos 15 dias principalmente, praticamente, a Comissão assim como, alguns dos funcionários, trabalharam em média quase que 17, 18 horas por dia.

Mas, Sr. Presidente, valeu a pena, porque o lavrador, o técnico, o homem da área industrial e comercial, deu uma demonstração de unidade, sugerindo ao governo que a política da soja, seja uma política mais atuante, mais ativa. E que este produto que hoje, alcança na balança nacional, uma das principais receitas, tenha por parte do governo federal, dos órgãos ligados a esta área de produção, melhor atenção e um carinho mais, e uma política mais coerente com o que representa a soja economicamente para o Brasil.

Era só, Sr. Presidente e muito obrigado. — (Sem revisão orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem imensa satisfação de registrar a visita neste Plenário, da Srta. Rosi Freitas, ela é Presidente do Setor Jovem Estadual do MDB do Estado do Espírito Santo.

A Presidência ao registrar a presença da ilustre visitante, deseja significar o valor que representa para a classe política a participação da mulher na vida pública e nas lides políticas deste País. Na oportunidade em que as jovens se interessam pela política, é motivo de registrar o acontecimento, ao mesmo tempo, que cumprimenta através da Srta. Rosi Freitas, os nossos companheiros de lides políticas, do valoroso Estado do Espírito Santo.

Consulta à liderança da ARENA, sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes, para falar no horário destinado à ARENA.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna no dia de hoje, é mais um dever de consciência, por estarmos acompanhando de perto, o trabalho incansável do Governador do Estado e de toda a sua equipe administrativa durante todo este tempo que deu início à sua gestão.

E nós temos observado que aqui na Assembleia Legislativa do Estado, que possui uma oposição sistemática, que o Partido da Oposição, através de seus Deputados combativos, atuantes, traz para esta Casa e de resto para todo o Estado do Paraná, críticas, críticas e mais críticas.

O Governo aceita as críticas, quando construtivas, mas isto, na maioria das vezes, não é o que vem ocorrendo aqui na Assembleia Legislativa do Estado.

Ontem mesmo se falou aqui em requerer CPI para verificar corrupção. O caso da Secretaria de Interior, os tubos tão falados na imprensa paranaense. Ontem aqui se falou inclusive em requerer "impeachment" contra S. Exa. o Governador do Estado.

Nós achamos até ridículo que para a Casa de Leis do nosso Estado se tragam mensagens até vazias. Será que vamos requerer "impeachment" para quem trabalha? Será que o preço de S. Exa. o Sr. Governador do Estado e sua equipe administrativa, terá que pagar, será tão caro por estar trabalhando em benefício do Paraná? Por estar trabalhando em benefício do povo paranaense?

Causa-nos, confesso aos Senhores, bastantes espécie. O

caso da Secretaria do Interior, da SUCEPAR, nós temos conhecimento bastante para poder esclarecer o povo paranaense através desta tribuna, do que ocorreu e vem ocorrendo. Mas são notícias bombásticas, com o objetivo precípuo de atingir o Governo do Estado. No caso a Secretaria do Interior, através de seu titular, Dr. Noel Lobo Guimarães, homem correto, cuja idoneidade acreditamos inatacável, como também do Presidente da SUCEPAR, Dr. Roulf de Christo que há mais de 25 anos vem prestando relevantes serviços ao Estado do Paraná nas várias funções que vem ocupando em tantos outros Governos que se passaram pelo nosso Estado.

O caso dos tubos, até parece incrível que eu, de Paranavaí venha à tribuna, no dia de hoje, mais para defender a imagem do Governo e especialmente a Secretaria de Interior, para tratar de tubos. Não estou aqui para defender a firma CONSTUBOS de Paranavaí. E como não me encontro aqui para defender também as duas outras empresas que por interesse comercial apenas se colidiram, entraram em choque, com referência à licitação números 6, 8 e 10, promovida pela SUCEPAR.

É sabido, principalmente em Paranavaí e toda a região, que a firma CONSTUBOS pertence, direta ou indiretamente, de fato ou de direito, de direito ou de fato, ao ex-Prefeito de Paranavaí, Benedito Pinto Dias.

Mas este não é motivo por que nos encontramos aqui. Três licitações, foram efetuadas pela SUCEPAR, de número 6, 8 e 10. Duas firmas que perderam a licitação por questão de preço ajustaram um advogado e entraram na Secretaria de Interior, através da Justiça, intimidando S. Exa. o Sr. Secretário, a prestar informações pelas irregularidades práticas dentro ou por motivo da licitação. Mas o que nos causou espécie quando tomamos conhecimento, que a medida só foi tomada no dia 7/10/1977, mas que a Secretaria do Interior, através da SUCEPAR, desde o dia 31/08 já havia tomado as medidas necessárias no caso.

Pois houve, de fato, um erro na licitação. Erro de rotina.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. confirma a denúncia desse Deputado feita ontem à tarde. V. Exa. está a dizer que houve irregularidade. Se houve irregularidade, quer dizer que nós não estamos aqui a fazer oposição sistemática. Mesmo porque, denunciemos um fato grave, qual seja a confecção de tubos sem os requisitos técnicos exigidos pela lei.

Daí porque o Secretário do Interior chegou ao ponto de anular duas concorrências. Mas V. Exa. traz ao conhecimento da Casa, uma informação muito séria e valiosa até; qual seja a de que o ex-Prefeito Benedito Pinto Dias é um dos proprietários da firma CONSTUBO. Evidentemente, eu que buscava documentos para me certificar do fato, já hoje tenho uma valiosa testemunha que traz ao conhecimento da Casa ser S. Exa. o ex-Prefeito Municipal de Paranavaí e ex-Deputado Estadual da Assembléia Legislativa, é proprietário da CONSTUBO.

Talvez por isso mesmo o Secretário do Interior e Justiça veja com bons olhos e não com tanto rigorismo a situação, que já se encontra até no Fórum de Curitiba, entre as firmas que participaram dessa concorrência.

Porque sendo o ex-Prefeito político de importância no Estado do Paraná, muito embora seja seu adversário político na cidade de Paranavaí e meu também, sabe V. Exa. que o Secretário do Interior vê com bons olhos a situação da firma, pelo simples fato de ser o ex-Prefeito um dos seus proprietários.

Isto no meu modo de ver é sério. Daí o dilema de V. Exa. Se V. Exa. por criticar a firma, estará ao mesmo tempo criticando o ex-Prefeito de Paranavaí. Se não critica, V. Exa. teria vontade de criticar e não o faz porque se o fizer está criticando o Secretário do Interior e, conseqüentemente, o Estado do Paraná.

Eu vejo que V. Exa. está numa situação difícil, nessa tribuna. Reconheço. E tenho até esperanças que V. Exa., um homem inteligente e vivido e Deputado já há 10 anos, tenha condições e inteligência, para se sair desse impasse. E eu formulo os meus votos que V. Exa. saiba fazê-lo muito bem.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. WILSON FORTES — Nobre Deputado Waldenício Barbalho.

V. Exa. é brilhante como sempre. Nós que o conhecemos de longa data da Câmara Municipal de Paranavaí. Dizer que a firma CONSTUBO de fato ou de direito, ou vice-versa é do ex-Deputado e ex-Prefeito Benedito Pinto Dias, isso já é do conhecimento de V. Exa. e de há muito tempo. E até me causa espécie que V. Exa. que aqui na Casa representa a oposição e tem agido com espírito de oposição, defendendo violentamente a filosofia da Oposição, não tenha se levantado contra isso até hoje aqui na Casa. Quem tem feito o papel de oposição, com referência a Paranavaí, aqui na Casa, até o dia de hoje, parece que é o Deputado Wilson Fortes.

Mas eu não disse que houve irregularidade, nobre Deputado. Disse que as firmas que perderam. — V. Exa. mesmo sendo Deputado, da Oposição, é um Deputado da Casa, pertence a este Parlamento, pode perfeitamente no dia de amanhã, construir uma empresa e participar das tomadas de preço, participar das concorrências do Estado.

Nada impede que um ex-Deputado, um ex-Prefeito, ex-alcaide de Paranavaí, Benedito Pinto Dias, seja hoje proprietário da CONSTUBO.

Mas este é um caso à parte que nós voltaremos a falar da tribuna. Acontece que ele é proprietário da CONSTUBO, desde o tempo que era Prefeito e desde aquele tempo a CONSTUBO sempre ganhou as concorrências da Prefeitura de Paranavaí. Ai é que está a gravidade.

Quero somar aqui os meus esforços aos de V. Exa. para V. Exa. inclusive justificar aqui a sua posição com referência a Paranavaí porque V. Exa. tem conhecimento de tudo isso. E até hoje não trouxe ao conhecimento da Casa.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Exa. permite aparte? (Assentimento).

V. Exa., nobre Deputado Wilson Fortes, está me fazendo uma acusação, e eu me proponho a me defender.

V. Exa. disse que é grave, realmente, o fato do ex-Prefeito Pinto Dias participar das concorrências. Mas se há gravidade...

O SR. WILSON FORTES — No Município de Paranavaí, quando ele era Prefeito Municipal. Hoje ele tem o direito de participar de concorrências, em qualquer lugar do Estado do Paraná. Ele é um cidadão normal, entrou na concorrência da SUCEPAR e ganhou a concorrência, das duas firmas, porque o preço dele era melhor.

Não estou aqui, para advogá-lo, nem sei quem são os proprietários das outras duas empresas. Acontece que houve, apenas, um engano, houve apenas um erro fácil de ser explicado aqui:

Na SUCEPAR, quando da licitação, os tubos de 40 e 60 — V. Exa. sabe, V. Exa. é engenheiro — não usam armação de ferro; os tubos de 1 metro, de 1,20 e de 80, usam armação de ferro, e, por um erro de licitação, foi exigida armação de ferro. Então, o erro não foi tanto da CONSTUBOS, quanto o foi da própria SUCEPAR, ao elaborar a licitação.

Quando o Doutor Noel Lobo Guimarães soube do problema, — não existe corrupção nem irregularidade alguma, Deputado — através de um dispositivo legal ele nomeou uma Comissão Especial e deixou sem efeito a licitação, porque ele tem poderes para isto, Deputado.

Na própria licitação, no item 13 diz:

“Das condições gerais:

À SUCEPAR fica reservado o direito de aceitar as propostas que melhor lhe convier, rejeitar todas ou, ainda, anular parcial ou totalmente a licitação.”

Isto é regido pelo Decreto-Lei número 200, e não há motivo para que se anule, desde que houve um erro da licitação!

Anulou-se no bom sentido, para que se faça nova licitação e se dê conhecimento geral, através de jornais que a lei exige. A lei exige que se fixe um edital no local apropriado, no local da licitação, seja Curitiba, Paranavaí, Maringá, ou Campo de Mourão.

Então houve uma boa intenção do Secretário Noel Lobo Guimarães, que é uma pessoa idônea, um homem correto. Entretanto, houve uma deturpação muito grande como sempre acontece.

Isto foi o que aconteceu, eu não confirmei aqui, que houve alguma irregularidade, eu disse, que foi um engano na forma como foi proposta a licitação; tanto, que a firma que ganhou, se for cumprir, para cumpri-la vai ter que colocar armação de ferro em tubos de 40 e de 60, quando não há realmente necessidade.

V. Exa. falou ontem aqui em corrupção, em que "vai estourar uma bomba", em CPI, em CPP e não sei mais o quê... O Sr. Waldenício Barbalho - V. Exa. me permite?

Se V. Exa. der licença, continuarei o meu aparte, eis que V. Exa. o admitiu, e então o interrompeu, contudo, a palavra é de V. Exa.

O SR. WILSON FORTES - Absolutamente. Desculpe-me, o aparte é de V. Exa.

O Sr. Waldenício Barbalho - Mas, nobre Deputado Wilson Fortes, V. Exa. disse e todos aqui ouviram, que, está aqui, mais para defender o Governo e a Secretaria do Interior, do que defender a firma.

Eu aqui não estou para defender ninguém! O dever primordial da Oposição é apontar erros, onde eles se encontrarem.

O SR. WILSON FORTES - Erros, Deputado. Erros. Mas V. Exa. falou em corrupção!

O Sr. Waldenício Barbalho - Não importa que V. Exa. fale em "enganos"; os erros cometidos, foram erros. Tanto é verdade, que foram anuladas duas concorrências. Agora, eu não me arvorei em dizer que o ex-Deputado Pinto Dias é proprietário, é o patrono desta firma, mesmo porque, não tenho documentos que provem esta situação. Eu estou é coligindo dados, documentos, provas se possível...

O SR. WILSON FORTES - E testemunhas.

O Sr. Waldenício Barbalho - ... inclusive para exercer os poderes que deve ter a Oposição. Do contrário é preferível a Oposição ir - como disse V. Exa. nesta Casa - para casa, e botar o pijama. Se a Oposição não faz oposição, para que Oposição? A Oposição já é, muitas vezes, ameaçada como o foi ontem. V. Exa. ouviu, inclusive, este Deputado aqui ser ameaçado pela Liderança do Governo na pessoa do brilhante Deputado Luiz Roberto Soares, de que eu havia cometido um crime previsto no Código Penal.

Então, todas as vezes que a Oposição fala, aponta erros para serem apurados, ela é contestada. Isso se chama contestação; isto aqui, em termos jurídicos, chama-se contestação. Então, contesta-se a Oposição.

Nobre Deputado, deixe que a Oposição exerça a sua função, qual seja, a de fiscalizar, pois a função neste País nada mais é, nós nada somos, nós somos um poder que nada pode. Nós somos um Poder castrado; um Poder Legislativo não tem valor nenhum, essa que é a realidade, é preciso que se diga isso, até com ênfase.

E, por que o Deputado da Oposição não denunciar fatos irregulares?

Eu denunciarei, denunciarei fatos errados de Secretários, de Prefeitos, até do Presidente da República, porque existe lei para punir, inclusive, o Presidente da República. V. Exa. sabe disso e, toda vez que se fazem, dizem: - Se o Governo não vai ao Interior, critica-se; se vai ao interior, critica-se. Quando o Governo vai ao interior, louvo o Governo mas, que o faça nos ter-

mos da lei e não infringindo dispositivos legais, burlando a lei que deve ser respeitada. Nunca se despeitou tanto a lei, neste País, ...

(TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). - A Presidência sente-se no dever de informar ao nobre Deputado Wilson Fortes que ocupa a tribuna, que o tempo que dispunha, já se esgotou; todavia, lhe concede 2 minutos para concluir.

O SR. WILSON FORTES - Nobre Deputado Waldenício Barbalho, o direito de crítica V. Exa. tem, como qualquer Deputado da Oposição e mesmo Deputados da Aliança Renovadora Nacional. Esse é um direito que nos assiste, como representantes do povo, nesta Casa. Mas, é necessário que sejam críticas objetivas; não críticas vazias.

V. Exa., ontem, já disse, em poucas palavras, que a corrupção da Secretaria, dos tubos, não sei do que... quando, apenas, houve um engano, engano reparado pelo próprio Secretário, cristalino, está aqui nas minhas mãos. Então, é necessário que esses pronunciamentos bombásticos, com objetivo, na minha maneira de pensar, precípuo de chamar a atenção da imprensa, sejam limitados.

O direito de crítica nós reconhecemos; agora, V. Exa. também nunca reconheceu e, aliás parece-me que não existe reconhecimento por parte de Deputado nenhum do MDB, até hoje, de que, realmente, o Paraná tem um grande Governo. Que o Paraná tem um grande Governo que está realizando uma obra magnífica e que, efetivamente, no final do seu mandato vai legar ao povo paranaense, inclusive a V. Exa. que vive hoje no nosso Estado e a tantos outros brasileiros que nos orgulham de viverem aqui no nosso Estado, uma obra administrativa inigualável; um dos maiores governadores e equipe administrativa que já passou pelo Paraná; reconhecido pelo Brasil todo, só não é reconhecido pela bancada do MDB aqui, nesta Casa; querem "impeachment" contra o Governador; corrupção, quando houve um engano; não se pode falar sem conhecimento de causa, nobre Deputado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). - A Presidência tem imensa satisfação de registrar a presença, na tribuna de honra deste Plenário, dos Srs. Vereadores Eustáquio Lucena, da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro no Município de Natal, Capital do valoroso Estado do Rio Grande do Norte. É auspicioso registrar que o Vereador Eustáquio é filho do eminente Deputado Federal Pedro Lucena. Também registro, com imensa satisfação, a presença do eminente Vereador José Pinto Freire, da Bancada da Aliança Renovadora Nacional de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte. Por feliz coincidência, também, o Sr. Vereador José Pinto Freire, é irmão do Senador Jessé Pinto Freire. Aos eminentes Vereadores, a Presidência, em nome da Casa, os saúda e deseja que neste Legislativo estejam como se em Natal estivessem, porquanto, as Casas Legislativas Federal, Estaduais e Municipais, lutam com o mesmo objetivo de valorização da classe política e da participação desta na solução dos problemas que ainda afligem a coletividade brasileira.

Para os Srs. Deputados, a informação de que os Srs. Vereadores estão em Curitiba para convidarem a classe dos legisladores para o II Encontro de Integração dos Municipalistas promovido pela Câmara Municipal de Natal, Rio Grande do Norte, com a ACAMPAR, encontro que haverá de se realizar em Natal de 16 a 21 de novembro, para a qual estão convidados todos os Srs. Deputados desta Assembléia Legislativa.

Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, Sr. Deputado Trajano Bastos, se deseja ocupar o horário destinado ao seu Partido.

O SR. TRAJANO BASTOS - Transfiro o horário reservado ao MDB, ao ilustre Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma oportunidade realmente feliz esta, porque, quando V. Exa. acaba de anunciar a presença, neste Plenário, de ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinto-me imensamente feliz, mesmo porque, embora não os conhecesse pessoalmente, foi como se V. Exa. anunciasse neste Plenário a presença de parentes, conhecidos e amigos do meu Estado natal.

É exatamente com este sentimento que eu os saúdo a presença dos ilustres Vereadores norteroiograndenses, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Rio Grande do Norte, como o Nordeste, que tantos e tão famosos políticos deu à Nação Brasileira, tantos e tão famosos políticos combativos deu a nosso País, modestamente é representado nesta Assembléia pelo Deputado que vos fala, neste instante, transbordando de alegria, mesmo porque, sente que um pedaço do seu Estado Natal aqui se encontra presente, representando por esses ilustres Vereadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lembro-me, para louvar a presença dos políticos norteroiograndenses, que não sei ser eles da ARENA ou do MDB, já que somos todos irmãos legítimos e gêmeos, só que um nasceu com uma destinação para mandar, até parece que eternamente e o outro para ser mandado. O que importa é que estão os dois representando a classe política do Rio Grande do Norte, de quem tantas vezes recebeu elogios de um dos maiores políticos do Estado do Paraná, do meu Estado do Paraná, porque aqui repito o que disse tantas vezes, com tanta simpatia, o nobre Deputado Alencar Furtado.

Eu nasci no Rio Grande do Norte, e sou paranaense; paranaense de coração, porque para aqui me transferi em 1954; aqui nasceram os meus filhos, aqui tenho lutado politicamente, defendido a minha gente, o meu povo, e a minha região. Lutando sempre na Oposição.

Lembro-me como dizia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que um dos maiores elogios foi feito por um ilustre político do passado, o saudoso Bento Munhoz da Rocha Neto, a um grande político do Rio Grande do Norte, o ex-Presidente João Café Filho. Ele o fez, na minha cidade de Paranavaí quando então, candidato pela segunda vez, ao Governo do Estado do Paraná, ao saber, que era eu nordestino e filho do Rio Grande do Norte, Bento Munhoz da Rocha, me abraçou com mais afeto, para numa expressão feliz dizer: "Você é filho de um grande Estado, porque este pequeno e grande Estado do Nordeste, deu ao País, um dos maiores políticos de todos os tempos: Café Filho."

Café Filho, dizia ele, parlamentar de inegáveis méritos, certa vez, falando na Câmara Federal, conseguiu com um discurso, a exoneração de um Ministro.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a meu ver, o nobre Deputado Wilson Fortes não tem razão ao reclamar da Oposição, reclamar e a dizer que a Oposição é sistemática, sempre sistemática, porque faz críticas, porque quer o cumprimento da lei. Ao ouvir o ilustre Deputado, Líder do Governo nesta Assembléia dizer, como disse ontem, fazendo uma advertência a este Deputado, que no discurso da semana passada chamava a atenção do Governo do Estado do Paraná para o cumprimento da Constituição hoje relegada a plano secundário, da prática de possível crime, o Líder do Governo, faz ameaças ao Deputado, objetivando calar a oposição.

A Oposição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, jamais, deve calar. Ela poderia ser até extinta através da cassação dos mandatos de seus componentes, mas jamais, calar. Calar nunca! Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu o farei no final do meu pronunciamento, se V. Exa. me permite, nobre Deputado

Gabriel Manoel — quando lhe concederei o aparte.

E é por isso, que, desta tribuna, adverti, exercendo o Poder que é nosso, de fazer Oposição, — S. Exa. o Sr. Governador. Quanto à interiorização do Governo do Estado do Paraná, no que diz respeito à transferência provisória de sua sede para as cidades do interior, capitais provisórias do Estado do Paraná, e Paranavaí orgulha-se disso. É preciso que se chame a atenção, que se observe a lei, a Constituição.

Que regime é este em que vivemos, que a Lei Maior, a Lei das Leis, a Lei Magna desta Nação não é respeitada? Que regime é esse, que um ato se sobrepõe à própria Constituição?

Sr. Presidente, ter um mandato extinto, ao fazer pronunciamentos desta ordem, é glorificar-se, é marcar a sua posição para as gerações futuras, sobretudo para os seus filhos que nasceram neste Estado; sobretudo, para a sua família vinculada ao Estado Natal do Deputado que fala nesta oportunidade feliz, saudando os ilustres Vereadores do meu Estado natal, do Rio Grande do Norte. Desde que as vinculações com este Estado são as maiores em razão dos familiares e dos amigos que lá residem há muito tempo.

Aqui está ilustre Vereador, irmão do Senador Arenista Jessé Freire que foi meu colega de ginásio. Aqui estão Vereadores vinculados a Deputados Federais do Estado do Rio Grande do Norte, lutando e defendendo os interesses da classe. O que nós devemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é sempre ter a coragem e eu sempre digo que não me lembro quem disse que "a coragem é a maior virtude dos políticos". Deus me livre, Deus me livre de calar por covardia. Deus me livre de deixar de fazer acusações a governadores. Deus me livre de fazer acusações a Secretários de Estado para tornar-se agradável ao Governo. Esta não é a posição do MDB e muito menos da Oposição, porque se assim agir, não estará cumprindo com o seu dever.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. me permite um aparte?

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Inicialmente ao Deputado Gabriel Manoel eu concedo o aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — Estamos ouvindo com atenção a V. Exa.

quando homenageamos políticos de outros Estados com satisfação em nossa Casa de Leis. Só queremos discordar de V. Exa. Deputado Waldenício Barbalho, quando fala que o líder de nossa bancada faz ameaças a Deputados da Oposição porque ameaças não são necessárias. As leis existem para serem cumpridas.

Queremos apenas discordar de V. Exa. quando discorda justamente, digo Deputado, porque "não se atira pedras em árvore quando os frutos dão".

E a Oposição, justamente, tem esta razão, tem este dever porque "são como os rios que desagüam no mar". Procurando exclusivamente torpedear uma administração sadia como se fosse crime ir ao interior, dizer ao povo, trabalhar pelo povo, em benefício do próprio povo. Não querendo fazer um discurso paralelo a V. Exa., discordo de V. Exa. porque o Governo Canet Júnior está pisando no pé da Oposição. O Governo Canet Júnior há de dar Sr. Deputado e Oposição do meu Paraná, o maior índice de trabalho a este povo honrado, a este povo honesto. E não vamos admitir críticas destrutivas que não levam a nada.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu não discordo de V. Exa., nobre Deputado, se V. Exa. me permite...

O Sr. Gabriel Manoel — Se V. Exa. me permite complementar...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Desde que seja breve, porque o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares também pediu um aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — As minhas palavras decisivas não são de ofensas a V. Exa. porque até agora esta Oposição nada trouxe de concreto em benefício do povo e da terra de nossa gente.

Muito obrigado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Respondo apenas a V.

Exa. dizendo o seguinte: o Governador Jayme Canet Junior é o "Homem dos 55 milhões de dólares" aprovados com os votos dos emedebistas desta Casa, para estas estradas que andam por aí em todo o Estado do Paraná.

Com o aparte V. Exa., nobre Deputado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, agradeço e em outra oportunidade eu darei o aparte.

O Sr. Wilson Fortes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Em primeiro lugar, queria me associar a V. Exa., quando da saudação que inicialmente fez aos Parlamentares do nordeste, da sua terra; que nos enche de alegria em podermos recebê-los aqui na nossa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Em segundo lugar, nobre Deputado, nós não poderíamos deixar de dizer a V. Exa., que já de há muito tempo nós temos observado as obras extraordinárias que o Governo vem realizando, realmente vêm de há muito deixando a Oposição estonteante e chego mesmo à conclusão que o excesso de obras a gama de obras em estradas, energia, telecomunicação, salas de aula, vacinação em massa; saúde pública, eu creio que está irritando a Oposição do meu Estado.

Tanta obra, tantos benefícios, para todos os brasileiros que vêm ao nosso Estado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — V. Exa. tem o direito de dizer tudo que quer e entende.

Eu respeito o pensamento de V. Exa.

Ainda que nós não aceitemos o comportamento de V. Exa.

As obras de um Governo; as obras do Governo Jayme Canet Junior, nos enchem inclusive de alegria.

As que são boas, as que não são, pode ficar V. Exa. certo e o Governo também, de que receberão as nossas críticas.

O Sr. Wilson Fortes — Construtivas, não é nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Faz soar os Tímpanos).

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, a Oposição tem a sua diretriz.

Não pode aceitar diretrizes trazidas pelos Deputados da Aliança Renovadora Nacional.

Isso é evidente. Mas V. Exa. me advertiu...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Infelizmente a Presidência tem o dever de informar a V. Exa. que o tempo regimental já se esgotou. E lhe concede, todavia, 2 (dois) minutos para concluir.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Muito obrigado.

Sr. Presidente, para concluir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, direi apenas, lembrando o meu torrão natal e solicitando a esses ilustres Vereadores do Rio Grande do Norte, que aqui se encontram, que transmitam aos meus parentes, alguns deles amigos dos Vereadores que aqui estão, as nossas e, principalmente as notícias deste fabuloso Estado do Paraná, agraciado pela natureza.

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados e nobres Vereadores, nós não sofremos as condições climáticas que sofre o Estado do Rio Grande do Norte e todo o Nordeste brasileiro.

E eu poderei dizer, para concluir: — se o Brasil tem coração, levem V. Exas. a certeza, de que o coração do Brasil, está aqui: neste grande e extraordinário Estado, que recebeu há 23 anos passados, um correligionário de V. Exas., um co-estaduano de V. Exas., para fixar residência e constituir a sua família aqui neste Estado.

Se o Brasil tem coração, levem V. Exas. a certeza de que o coração do Brasil é este fabuloso Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência anuncia e registra com satisfação, a presença na tribuna de honra, deste plenário, do Sr. Edgar Moreira de Castro, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Amaporã.

Registra também com satisfação, a presença do Sr. Leônidas dos Santos Dias, digníssimo Prefeito Municipal de Terra Roxa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado EZEQUIAS LOSSO, constante do Expediente.

Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 92/77, Mensagem número 76/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva acrescentar na Tabela VII, do Anexo I, da Lei número 6.863, de 04 de abril de 1977, as expressões que especifica, transfere cargos da Parte Suplementar para a parte Permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e adota outras providências. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 92/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — A Tabela VII — cargos da Parte Suplementar do Poder Legislativo, do Anexo I, da Lei número 6.863, de 04 de abril de 1977, fica acrescida das expressões "Médico — Cr\$ 7.641,00".

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1.977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wander, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 109/77, Mensagem número 79/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a composição do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, dotando suas carreiras do necessário número de cargos. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Lei número 109/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — O Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, fica alterado na forma do Anexo que faz parte integrante da presente lei.

Art. 2o. — As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1.977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

**A N E X O**  
**QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL**

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
CARREIRAS	CLASSES	Nº DE CARGOS	CARREIRAS	CLASSES	Nº DE CARGOS
DELEGADO DE POLÍCIA	1a.	20	DELEGADO DE POLÍCIA	1a.	40
DELEGADO DE POLÍCIA	2a.	40	DELEGADO DE POLÍCIA	2a.	80
DELEGADO DE POLÍCIA	3a.	60	DELEGADO DE POLÍCIA	3a.	120
DELEGADO DE POLÍCIA	4a.	80	DELEGADO DE POLÍCIA	4a.	160
		200			400
DETECTIVE	1a.	07	DETECTIVE	1a.	20
DETECTIVE	2a.	14	DETECTIVE	2a.	40
DETECTIVE	3a.	22	DETECTIVE	3a.	60
DETECTIVE	4a.	29	DETECTIVE	4a.	80
		72			200
INVESTIGADOR	1a.	07	INVESTIGADOR	1a.	20
INVESTIGADOR	2a.	14	INVESTIGADOR	2a.	40
INVESTIGADOR	3a.	22	INVESTIGADOR	3a.	60
INVESTIGADOR	4a.	29	INVESTIGADOR	4a.	80
		72			200
AGENTE DE SEGURANÇA	1a.	100	AGENTE DE SEGURANÇA	1a.	170
AGENTE DE SEGURANÇA	2a.	200	AGENTE DE SEGURANÇA	2a.	340
AGENTE DE SEGURANÇA	3a.	300	AGENTE DE SEGURANÇA	3a.	510
AGENTE DE SEGURANÇA	4a.	400	AGENTE DE SEGURANÇA	4a.	680
		1.000			1.700
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	1a.	32	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	1a.	72
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	2a.	64	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	2a.	144
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	3a.	96	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	3a.	216
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	4a.	128	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	4a.	288
		320			720
MOTORISTA POLICIAL	1a.	15	MOTORISTA POLICIAL	1a.	50
MOTORISTA POLICIAL	2a.	30	MOTORISTA POLICIAL	2a.	100
MOTORISTA POLICIAL	3a.	45	MOTORISTA POLICIAL	3a.	150
MOTORISTA POLICIAL	4a.	60	MOTORISTA POLICIAL	4a.	200
		150			500
MÉDICO LEGISTA	1a.	05	MÉDICO LEGISTA	1a.	08
MÉDICO LEGISTA	2a.	11	MÉDICO LEGISTA	2a.	16
MÉDICO LEGISTA	3a.	16	MÉDICO LEGISTA	3a.	24
MÉDICO LEGISTA	4a.	22	MÉDICO LEGISTA	4a.	32
		54			80
QUÍMICO LEGAL	1a.	01	QUÍMICO LEGAL	1a.	02
QUÍMICO LEGAL	2a.	02	QUÍMICO LEGAL	2a.	04
QUÍMICO LEGAL	3a.	03	QUÍMICO LEGAL	3a.	06
QUÍMICO LEGAL	4a.	04	QUÍMICO LEGAL	4a.	08
		10			20
TOXICOLOGISTA	1a.	01	TOXICOLOGISTA	1a.	02
TOXICOLOGISTA	2a.	02	TOXICOLOGISTA	2a.	04
TOXICOLOGISTA	3a.	03	TOXICOLOGISTA	3a.	06
TOXICOLOGISTA	4a.	04	TOXICOLOGISTA	4a.	08
		10			20
PERITO CRIMINAL	1a.	05	PERITO CRIMINAL	1a.	08
PERITO CRIMINAL	2a.	11	PERITO CRIMINAL	2a.	16
PERITO CRIMINAL	3a.	17	PERITO CRIMINAL	3a.	24
PERITO CRIMINAL	4a.	22	PERITO CRIMINAL	4a.	32
		55			80
PERITO POLICIAL	1a.	05	PERITO POLICIAL	1a.	08
PERITO POLICIAL	2a.	11	PERITO POLICIAL	2a.	16
PERITO POLICIAL	3a.	17	PERITO POLICIAL	3a.	24
PERITO POLICIAL	4a.	22	PERITO POLICIAL	4a.	32
		55			80
DATILOSCOPISTA	1a.	03	DATILOSCOPISTA	1a.	10
DATILOSCOPISTA	2a.	06	DATILOSCOPISTA	2a.	20
DATILOSCOPISTA	3a.	09	DATILOSCOPISTA	3a.	30
DATILOSCOPISTA	4a.	12	DATILOSCOPISTA	4a.	40
		30			100
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	1a.	02	AUXILIAR DE NECRÓPSIA	1a.	03
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	2a.	04	AUXILIAR DE NECRÓPSIA	2a.	06
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	3a.	06	AUXILIAR DE NECRÓPSIA	3a.	09
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	4a.	08	AUXILIAR DE NECRÓPSIA	4a.	12
		20			30
SERVENTE DE NECRÓPSIA	1a.	02	SERVENTE DE NECRÓPSIA	1a.	03
SERVENTE DE NECRÓPSIA	2a.	04	SERVENTE DE NECRÓPSIA	2a.	06
SERVENTE DE NECRÓPSIA	3a.	06	SERVENTE DE NECRÓPSIA	3a.	09
SERVENTE DE NECRÓPSIA	4a.	08	SERVENTE DE NECRÓPSIA	4a.	12
		20			30
RADIOTÉCNICO	1a.	01	RADIOTÉCNICO	1a.	03
RADIOTÉCNICO	2a.	02	RADIOTÉCNICO	2a.	06
RADIOTÉCNICO	3a.	03	RADIOTÉCNICO	3a.	09
RADIOTÉCNICO	4a.	04	RADIOTÉCNICO	4a.	12
		10			30
RADIOCOMUNICADOR	1a.	07	RADIOCOMUNICADOR	1a.	15
RADIOCOMUNICADOR	2a.	14	RADIOCOMUNICADOR	2a.	30
RADIOCOMUNICADOR	3a.	21	RADIOCOMUNICADOR	3a.	45
RADIOCOMUNICADOR	4a.	28	RADIOCOMUNICADOR	4a.	60
		70			150
INVESTIGADOR-FEMININO	1a.	01	INVESTIGADOR-FEMININO	1a.	01
INVESTIGADOR-FEMININO	2a.	02	INVESTIGADOR-FEMININO	2a.	02
INVESTIGADOR-FEMININO	3a.	03	INVESTIGADOR-FEMININO	3a.	03
INVESTIGADOR-FEMININO	4a.	04	INVESTIGADOR-FEMININO	4a.	04
		10			10
AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	1a.	10	AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	1a.	15
AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	2a.	20	AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	2a.	30
AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	3a.	30	AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	3a.	45
AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	4a.	40	AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	4a.	60
		100			150
DATILOSCOPISTA FEMININO	1a.	03	DATILOSCOPISTA FEMININO	1a.	10
DATILOSCOPISTA FEMININO	2a.	06	DATILOSCOPISTA FEMININO	2a.	20
DATILOSCOPISTA FEMININO	3a.	09	DATILOSCOPISTA FEMININO	3a.	30
DATILOSCOPISTA FEMININO	4a.	12	DATILOSCOPISTA FEMININO	4a.	40
		30			100
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	1a.	03	ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	1a.	05
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	2a.	06	ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	2a.	10
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	3a.	09	ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	3a.	15
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	4a.	12	ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	4a.	20
		30			50

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 129/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Província Cristo Redentor, da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – APROVADO.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 306/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 105/77, ex-Proposição número 488/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e da Prefeitura Municipal de UMUARAMA, objetivando execução de serviços de pavimentação e obras complementares no Aeroporto de UMUARAMA. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. – APROVADO.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 307/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 110/77, ex-Proposição número 491/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Interior, Superintendência de Controle da Erosão no Paraná e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, visando implantação do Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. – APROVADO.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 308/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 111/77, ex-Proposição número 492/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de PARANAGUÁ, objetivando reparos nos prédios do Instituto de Educação “DR. CAETANO MUNHOZ DA ROCHA” e do Colégio “JOSE BONIFÁCIO”, daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. – APROVADO.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 347/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 466/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Estadual Manoel Ribas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Osmar Toniolo, ocorrido nesta Capital. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Reverendo Roberto Rickli Sobrinho, ocorrido no Município de Guarapuava. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 115/77. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo providências junto ao Departamento de Cooperativismo, visando a criação de Cooperativa Agrícola, no Município de Jardim Alegre. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Cri-

sóstomo da Silva, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam tomadas providências com o objetivo de tornar gratuito o ingresso nos Estádios de Futebol para menores de 12 anos de idade, desde que acompanhados de adultos. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Educação e Prefeito Municipal de Curitiba, em forma de apelo no sentido de que aquelas autoridades preocupem-se em assegurar os interesses dos clubes esportivos e dos compradores de cadeiras cativas, com o término do Estádio do Pinheirão. – Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma regimental do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, sobre a forma pela qual foram majoradas as gratificações dos Srs. Secretários de Estado, como foi cancelado esse aumento e de que maneira foi determinada a devolução dos valores já recebidos pelos beneficiados. – Rejeitado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Pela ordem, Sr. Presidente.

Solicito na forma regimental a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – A Presidência defere a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, e usará a forma inversa de votação.

(É PROCEDIDA A VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO)

(PAUSA)

19 Srs. Deputados rejeitam;

16 Srs. Deputados aprovam. – REJEITADO o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, reiterando apelo feito, no sentido de diligenciar providências para a construção do Centro de Saúde de Ivaiporã. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em apelo no sentido de amenizar as multas, porventura impostas aos comerciantes da cidade de Apucarana, durante os dias em que lá permaneceram os funcionários da denominada “Fiscalização Integrada”. – APROVADO.

A Presidência lembra os Srs. Deputados que às 17,00 horas, na sala das Comissões, reunir-se-á a Comissão Especial incumbida de levantar o problema do Menor no Estado do Paraná, oportunidade em que estará presente S. Exa., o Sr. Gal. Alcindo Pereira Gonçalves, Secretário da Segurança Pública, que, convidado pela Comissão fará uma exposição.

A Presidência também lembra que a Comissão de Orçamento tem reunião marcada para após esta sessão, na Sala das Comissões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução 306, 307 308 e 347/77.

1a. DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução 314, 315, 316, 317, 318, 319, 323, 324, 325 e 326/77.

Levanta-se a sessão.